

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Recentemente, uma delegação do PCP visitou o RIAS – Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens, localizado na Quinta de Marim, em Olhão.

O RIAS tem como principais objetivos i) a recuperação de animais selvagens e a sua devolução à natureza, ii) a investigação científica dos fatores de risco para a conservação desses animais, e iii) a educação ambiental da população em geral para a importância da biodiversidade, dispondo de sete trabalhadores (veterinários, biólogos e pessoal administrativo) e contando ainda com estagiários e voluntários. Em 2018, o RIAS recebeu 1935 animais (1386 vivos e 549 mortos), entregues pelo ICNF, SEPNA/GNR e particulares, tendo procedido à libertação na natureza de 658.

Até 2009, este Centro foi gerido diretamente pelo Parque Natural da Ria Formosa (com a designação de CRA – Centro de Recuperação de Aves). Nesse ano, no âmbito de um processo de desresponsabilização do Estado das suas funções na área ambiental, a gestão do Centro foi transferida para a Associação Aldeia. Contudo, esta transferência de responsabilidade não foi acompanhada do respetivo envelope financeiro.

A ausência de qualquer financiamento por parte do ICNF, e a conseqüente dependência dos donativos de diversas entidades (empresas, autarquias e particulares), cria constrangimentos ao funcionamento do RIAS e ameaça a sua atividade futura (caso se verifique uma diminuição dos donativos, em particular do Aeroporto de Faro, que assegura cerca de metade do orçamento do RIAS).

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério do Ambiente, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Governo que o RIAS – Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens enfrenta dificuldades financeiras, que criam constrangimentos ao seu funcionamento e ameaçam a sua atividade futura?

2. Como justifica o Governo a ausência de qualquer financiamento ao RIAS por parte do ICNF, tendo em conta que este centro desempenha um papel de relevo na conservação de animais selvagens?
3. Equaciona o Governo a possibilidade de o Parque Natural da Ria Formosa assumir novamente a gestão do RIAS – como acontecia até 2009 –, integrando os seus trabalhadores nos quadros do ICNF?

Palácio de São Bento, 1 de abril de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)